

Dívida externa desafia os candidatos

ÁLVARO NASCIMENTO,
MARA LUQUET
e sucursais

Dados fornecidos pelo Banco Central demonstram que de 1971 até o final deste ano o Brasil terá pago, só de juros, mais do que todo o estoque de sua dívida externa. Se o País pagar todos os US\$ 11,2 bilhões que deve este ano, ele terá remetido de juros, entre 1971 e 1989, cerca de US\$ 123 bilhões, enquanto o estoque total da dívida não ultrapassa US\$ 111 bilhões. Se em 1971 o País pagava US\$ 344 milhões de juros, ele termina os anos 80 remetendo aos credores internacionais US\$ 11,2 bilhões ao ano, o que representa um crescimento de 3.155%. Neste mesmo período, a dívida externa passou de US\$ 6,621 bilhões para US\$ 111 bilhões, registrando um crescimento de 1.590%.

Problema crucial a ser resolvido pelo próximo Presidente da República, a dívida externa é tema permanente de debate entre os candidatos e um dos pontos definidores do voto de muitos eleitores. Ouvidos pelo GLOBO, os dez candidatos melhores colocados segundo as pesquisas de opinião se posicionaram em relação

à dívida, apresentando um diagnóstico do problema e propostas de como enfrentá-lo.

Foram ouvidos também os economistas Paulo Nogueira Batista, da Fundação Getúlio Vargas, e Affonso Celso Pastore, ex-Presidente do Banco Central, que fizeram uma análise das principais propostas.

A opinião de cada candidato cresce de importância no momento em que Diretores do Fundo Monetário Internacional (FMI), buscando evitar que o Brasil entre numa "moratória negociada" até a posse do futuro Presidente, já admitem, pela primeira vez, fechar um acordo por razões essencialmente políticas. Essa mudança de atitude é atribuída às pressões, também incomuns, do Governo americano e dos bancos credores que estão empenhados em evitar que o próximo Presidente, encontrando o País em moratória, venha a aprofundá-la. Como indicador da atenção que vem sendo dada pelos bancos credores ao processo de sucessão presidencial no Brasil, pode-se utilizar a declaração do Presidente do Citicorp, John Reed, segundo a qual é preciso assegurar o processo democrático brasileiro para impedir uma "guinada" à esquerda.

FERNANDO COLLOR

Um dos pontos centrais da proposta de renegociação da dívida externa no programa econômico do candidato do PRN, Fernando Collor de Melo, é a retirada do aval da União dos empréstimos concedidos a empresas.

A proposta foi idealizada pelo ex-diretor do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, tido por Collor como um funcionário público sério, competente e experiente. Se vier a ser adotada no Brasil, a proposta de renegociação da dívida individualiza os débitos de cada empresa. A Petrobrás, por exemplo, negociaria sua própria dívida, a Vale do Rio Doce e as demais empresas as suas, enquanto o Tesouro - o maior devedor - cuidaria de seus próprios débitos.

Os assessores econômicos de Collor explicam que o aval do Governo tenderia a desaparecer e os pagamentos seriam negociados com a capacidade de cada devedor. Estes mesmos assessores acham que, no caso brasileiro, não haverá o risco de as empresas quebrarem.



LEONEL BRIZOLA

Para o problema da dívida externa brasileira, o candidato do PDT, Leonel Brizola, propõe um esquema de renegociação de emergência estabelecendo um limite para os juros. O PDT quer "evitar o calote", mas pagar segundo as possibilidades do País. Pelo programa do partido, é fundamental reduzir a transferência de recursos para o exterior a título de pagamentos de juros e reavaliar as taxas que vêm sendo cobradas. Para isso, é necessário recalcular e depurar o principal dos juros exorbitantes. O candidato acredita que o ideal é que a renegociação da dívida externa brasileira faça uma previsão de pagamento em um período de 40 ou 50 anos.

O total do pagamento, segundo o programa de Brizola, deverá ser condicionado aos saldos comerciais que o País irá dispor. Para o candidato, é preciso explicitar as responsabilidades dos governantes, empresários e banqueiros tanto os do Brasil, quanto os que pertencem aos países credores.



PAULO MALUF

A suspensão do pagamento da dívida externa será um dos primeiros atos do candidato do PDS, Paulo Maluf, caso seja eleito Presidente. Maluf não defende a moratória, porque acha que o "calote" não traz bons resultados, mas pretende parar de pagar até conseguir renegociar com os credores os montantes a serem pagos.

Invocando seu espírito de comerciante e sua origem libanesa, Maluf diz que vai pedir um "desconto" na dívida, partindo do princípio de que ela é negociada no mercado secundário por valores muito inferiores aos valores nominais.

Maluf disse que ele próprio irá negociar com os banqueiros — não delegando essa função ao seu Ministro da Fazenda — e que não aceitará que o FMI interfira na política econômica interna do Brasil.

O candidato do PDS cita como um bom exemplo de uma equalização eficiente do problema da dívida externa o recente acordo firmado pelo México com seus credores.

LUÍS INÁCIO DA SILVA

O candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, disse que se for eleito um de seus primeiros atos será o de decretar a moratória imediata da dívida externa brasileira. Acrescentou que sua medida seguinte será instalar uma auditoria para apurar se houve irregularidades tanto na obtenção dos empréstimos estrangeiros quanto na forma como foram feitos os pagamentos nos últimos anos.

Para o candidato do Partido dos Trabalhadores, após decretar a moratória deverá ser feita a renegociação da dívida externa brasileira, mas de uma forma conjunta com os devedores.

Paralelamente a esta negociação, Lula pretende promover uma reforma na máquina do Estado, uma espécie de ajuste das funções públicas, uma vez que ele não tem intenção de diminuí-la. Na reforma ele pretende combater o empreguismo e o clientelismo, para que assim, cuidando melhor de suas contas, o País seja encarado seriamente pelos seus credores.



MÁRIO COVAS

A posição do candidato do PSDB, Mário Covas, em relação à dívida externa é a de evitar que a transferência de recursos para o exterior inviabilize o desenvolvimento do País. Embora não pretenda pôr ex-Ministro algum na cadeia, Covas garante que vai apurar até às últimas consequências atos irregulares de Governos passados.

Ele diz que buscará a redução da dívida ao valor do mercado secundário, com reembolso por percentual das exportações. Ele antecipou que a redução da dívida seria de mais de 50% de seu valor nominal.

As alternativas possíveis vão de uma eventual moratória até às várias formas de securitização da dívida. Nessa mesma direção, devemos encorajar ações multilaterais organizadas pelos países devedores. Em nenhuma hipótese concordaremos com as formas perversas de conversão da dívida como as que atualmente agravam a inflação sem, de fato, aliviar a pressão da dívida sobre o Tesouro — explicou Mário Covas.



ULYSES GUIMARÃES



O candidato do PMDB, Ulysses Guimarães, pretende negociar a dívida externa em níveis diferentes dos de hoje:

— Os governos dos países desenvolvidos já reconhecem que a dívida não pode ser cobrada pelo valor de face. Isso facilitará nosso trabalho de renegociação com os credores, no sentido de obter o máximo de desconto.

Ulysses rejeita a decretação de moratória da dívida:

— Não pretendemos decretar a moratória. Teremos que nos mobilizar e fazer pressão para conseguirmos uma redução ou abatimento substancial da dívida. Neste sentido, devemos proteger e ampliar as nossas reservas cambiais para evitar o enfraquecimento de nossa posição.

Ele afirma que vai realizar uma auditoria da dívida caso seja eleito:

— Só a partir de uma auditoria saaremos o que realmente devemos.

Ela nos dará munição para podermos negociar com competência e soberania junto aos credores internacionais.

AFIF DOMINGOS



O candidato do PL, Guilherme Afif Domingos, é contra a moratória ou a rolagem da dívida externa brasileira. Ele entende que o Brasil tem peso político suficiente para renegociar a dívida reduzindo as taxas de juros:

— Entendo que o próximo Presidente deve pagar a dívida, mas em contrapartida negociar investimentos externos no Brasil. Mas investimentos que sejam interessantes e não aqueles predatórios — disse Afif Domingos.

Ele afirmou que a polêmica criada em torno da dívida externa coloca em segundo plano o problema da dívida interna que, na sua opinião, é mais grave:

— A nossa dívida interna é de US\$ 160 bilhões, enquanto a externa é de US\$ 114 bilhões. Os credores estrangeiros estão dispostos a abrir mão de parte dessa dívida. O mesmo não ocorre com credores da dívida interna. Podemos renegociar a dívida externa e ficar pendurados na interna, se não encontrarmos uma solução política — acrescentou Afif.

ROBERTO FREIRE



O candidato do PCB, Roberto Freire, defende a suspensão do pagamento da dívida externa brasileira para acabar com a "sangria de divisas nacionais para o exterior". Freire acha que essa medida poderia ser adotada sem traumas, através de negociação direta com os credores internacionais.

Para ele, a Organização das Nações Unidas (ONU) deveria ser o fórum para discutir esta questão. Se eleito, Freire diz que partirá para a moratória, sem prazos e aceita pelos dois lados.

Em sua opinião, a moratória não atrapalharia novos investimentos no Brasil, principalmente de setores que utilizam tecnologia avançada. Segundo o candidato, nos últimos anos o Brasil promoveu uma exportação de capital, sob pretexto de pagar as parcelas da dívida externa, ao mesmo tempo que o País não recebeu novos investimentos. Para Freire este é o principal fator das dificuldades econômicas que o País atravessa.

AURELIANO CHAVES



O candidato do PFL, Aureliano Chaves, disse que sua primeira providência como Presidente será viabilizar a rolagem da dívida externa:

— Com a rolagem da dívida teremos condições de respirar mais aliviados e negociar com os credores a rediscussão das taxas de juros, que avolumaram extraordinariamente os encargos — disse Aureliano.

O candidato fez questão de lembrar que se o Brasil possui uma das maiores dívidas externas do mundo é porque alocou recursos em dólares da Europa e Estados Unidos e, portanto, não pode dar simplesmente o calote. Por isso, não é favorável à moratória, que, no seu entender, poderia prejudicar novos investimentos internacionais no País no futuro.

Aureliano Chaves acha que uma auditoria seria importante para esclarecer qual o volume real da dívida, o que já foi pago nas últimas duas décadas e quais são os encargos acumulados com as taxas de juros no mercado internacional.

RONALDO CAIADO



O candidato do PSD à Presidência da República, Ronaldo Caiado, não está preocupado em buscar uma solução nova para a grave questão da dívida externa brasileira. Ele assegura que, caso venha a ser eleito Presidente da República, não apenas irá honrar com todos os compromissos da dívida brasileira como tentará au-

mentá-la:

— A dívida de US\$ 110 bilhões não tem um significado real se levarmos em conta o imenso potencial do Brasil. Nós temos condições de pagar nossa dívida com o aumento da produtividade e até ampliar nosso endividamento, desde que se apresentem projetos viáveis para a utilização desses novos recursos que serão captados.

Ele faz uma relação direta entre o crescimento do País e o pagamento da dívida:

— Com o Brasil andando, teremos condições de saldar nossos empréstimos e alocar mais recursos do exterior para que o País cresça cada vez mais.

Arte/Jane

A evolução da dívida

De acordo com dados do Banco Central, a dívida externa brasileira "pulou" de US\$ 6,621 bilhões em 1971 para US\$ 111,916 bilhões este ano, registrando um aumento de 1.590%. No mesmo período, o Brasil pagou mais de juros que todo o montante de sua dívida.

